

Rede de mulheres no sul da Bahia une fé, território e educação contra avanço conservador

Por Katarine Costa · 15/05/2026

O sul da Bahia, com suas matas, águas quentes e ancestralidade, é uma região marcada pela complexidade das tensões democráticas espalhadas por todo o Brasil. Para além da imagem de paraíso turístico — frequentemente vendida como um lugar de tranquilidade, praias de areia branca e belezas intocadas —, existe um [território vivo, sangrento e em constante disputa](#). A chamada Costa do Cacau traz as marcas dos ciclos econômicos de exploração, que vão desde a monocultura cacaeira, que dizimou povos originários, até os dias atuais, em que impera a [especulação imobiliária](#) de alto padrão.

No campo religioso, observa-se o avanço organizado de agendas conservadoras e do fundamentalismo religioso. Um movimento político e ideológico que tenta, utilizando diversos recursos estruturais, midiáticos e financeiros, silenciar as vozes que destoam do seu projeto autoritário e homogeneizador, sendo representado pelo racismo, a [intolerância](#) e a grilagem moderna.

Do outro lado, ergue-se uma barreira humana, orgânica e ancestral: mulheres negras, lideranças indígenas, matriarcas de terreiro, educadoras do ensino público e pesquisadoras que, no eixo estratégico e político que conecta Itacaré, Ubaitaba, Olivença e Ilhéus, tecem uma [rede de resistência](#), afeto, letramento e insubmissão.

Essa resistência se expressa na batalha diária e exaustiva pela sobrevivência física, cultural, ambiental e institucional de seus povos. Em um estado como a Bahia, onde 80,7% da população se declara preta ou parda, conforme dados do censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a identidade afro-indígena não é um recorte demográfico; ela sustenta a sociedade, a economia e a cultura.

[O censo de 2022 apontou um crescimento expressivo das religiões de matriz africana](#), contabilizando mais de 123,3 mil adeptos declarados da umbanda e do candomblé em território baiano. Contudo, a mesma visibilidade que emancipa e liberta atrai a violência fundamentalista. É exatamente nesse cenário de embate constante, com enfrentamento direto aos discursos de ódio, ao racismo estrutural e à sofisticada máquina de desinformação, que a organização popular ganha ainda mais relevância.

Território, ancestralidade e memória nas matas de Olivença

Para entender a dimensão dessa rede de mulheres, é preciso se envolver, ouvir o som dos atabaques e dos maracás, e compreender a relação indissociável entre corpo e território. Em Olivença, distrito histórico localizado na faixa litorânea do município de Ilhéus (BA), a preservação do meio ambiente e da cultura andam de mãos dadas, reforçadas pela história do [povo Tupinambá](#). Os indígenas estão naquele solo desde antes das invasões europeias, e hoje essa herança é defendida pela dedicação de mulheres como Adriana Souza dos Santos, respeitada e conhecida como Adriana Apoena Inaiê.

Atuando como presidente da Associação dos Machadeiros de Olivença e agente territorial de cultura, Inaiê é guardiã de uma manifestação imaterial profunda, complexa e bela em diversos sentidos: a Festa da Puxada do Mastro de São

Sebastião.

Longe de ser um evento esvaziado de sentido para agradar turistas, a Puxada do Mastro é um ritual de reafirmação política e territorial. É o momento em que os indígenas e a comunidade tradicional adentram a Mata Atlântica com respeito, pedem licença aos encantados para cortar a árvore sagrada e a puxam, com a força de centenas de corpos, até a praça principal da vila. É um ato de resistência que expressa a fé católica popular imposta aos antepassados e a profunda espiritualidade tupinambá, marcando o território com a sua presença.



A Puxada do Mastro é um ritual de reafirmação política e territorial |

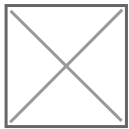
Crédito: Fabiana Barbosa Corrêa

No entanto, a celebração e, principalmente, o solo onde ela ocorre estão gravemente ameaçados pelo avanço predatório do capital. Inaiê denuncia a invasão da especulação imobiliária urbana, que destrói áreas vitais de restinga para erguer resorts e condomínios de luxo. A isso, soma-se a extração desordenada e ilegal de areia. Essas ações degradam as áreas essenciais para a realização dos rituais, afetando o curso das nascentes de água doce, destruindo os habitats da fauna local e suprimindo a flora nativa que compõe a farmácia e a base alimentar da comunidade.

A resposta de Inaiê e da Associação dos Machadeiros diante desse desenvolvimentismo predatório é a ação direta e de retomada. Para compensar os impactos ambientais causados por grandes corporações e proteger a mata, a entidade organiza, anualmente e com recursos próprios, o replantio de centenas de mudas nativas da Mata Atlântica.

“A Associação dos Machadeiros de Olivença nasceu não apenas para manter viva a Festa da Puxada do Mastro, mas para fortalecer e blindar os laços da comunidade com o seu território”, afirma Inaiê, carregando a responsabilidade de gerações.

“Hoje replantamos mudas nativas porque entendemos que defender a árvore é defender a nós mesmos. Defendemos o reconhecimento do protagonismo comunitário diante das pressões urbanas que tentam nos asfixiar e nos apagar do mapa.”



Adriana Apoena Inaiê, presidente da Associação dos Machadeiros de Olivença | Crédito: Arquivo pessoal

A escola como espaço de luta laico, decolonial e antirracista

Se nas matas e nas praias de Olivença a luta é pelo solo e pela preservação do bioma, na cidade de Itacaré (BA), a disputa de narrativas ocorre em um espaço estratégico: as salas de aula. Enfrentar a [desinformação financiada e disseminada pela extrema direita](#) — que oprime educadores sob falsos pretextos moralistas — exige que o ambiente escolar seja reafirmado diariamente como um espaço plural, de pensamento crítico e de questionamento das estruturas.

É essa a missão de vida assumida por Aline Areia Almeida Mimoso, professora com 23 anos de dedicação na rede pública de ensino de Itacaré. Formada em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb) e mestra em Educação das Relações Étnico-Raciais pela Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), Mimoso vivencia o “chão da escola” não apenas para repassar conteúdos prontos, mas como um lugar de desenvolvimento da cidadania e da emancipação humana.

Integrante do Coletivo Empodere e com um histórico no movimento estudantil e sindical, ela utiliza as leis 10.639/03 e 11.645/08 — que tornam obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena em todas as escolas do país — como arma contra o racismo e a colonialidade.

“Democracia plena, de fato e de direito, só existe de forma real se o racismo for frontalmente superado, se as desigualdades históricas forem reparadas e se todos, sem distinção de cor, classe, gênero ou credo, tiverem o direito inalienável de ter direitos”, destaca.

Para ela, frear as pautas conservadoras exige reafirmar os pilares da educação pública, gratuita e de qualidade. “A escola precisa, urgentemente, valorizar, defender e proteger a laicidade do Estado. Precisamos abraçar e estudar todas as matrizes culturais que formam o nosso povo para combater os preconceitos”, argumenta.

Em suas aulas, a desconstrução do ódio não se dá por meio de embates vazios, mas pelo letramento histórico e resgate da identidade, apresentando aos jovens e adolescentes de Itacaré o protagonismo dos povos negros e indígenas na construção do Brasil, como forma de superar as margens das páginas dos livros didáticos.



Aline Areia Almeida Mimoso, professora da rede pública de ensino de Itacaré (BA) | Crédito: Arquivo pessoal

Pedagogia de terreiro: educação, cura, saberes e incidência política

A ponte entre a educação formal, o ativismo político e os [saberes ancestrais das comunidades tradicionais](#) encontra uma grande expressão no trabalho articulado da Dra. Ronara Criola, ou Ronara Chagas Santos.

Pedagoga de formação, mestra em Ensino e Relações Étnico-Raciais, doutoranda em Estudos Étnicos e Africanos e Iyá Tabexi do Ilê Axé Ijexá Orixá Olufon, Criola atua na linha de frente como coordenadora-geral do Coletivo Agô – Povos de Terreiro de Itacaré. Para ela, o terreiro e a escola não são mundos distantes ou antagônicos, mas sim territórios complementares na formação de uma cidadania afro-referenciada.

Para Criola, articular pedagogia, relações étnico-raciais e povos de terreiro significa romper com a colonialidade do saber que inferioriza o conhecimento não europeu. “Significa, na prática, reconhecer e integrar os saberes, valores e formas de organização das comunidades de matriz africana aos processos educativos formais e não formais do município”, explica a pesquisadora e “artista”, como se define.

Segundo ela, é urgente promover uma educação que transcenda o currículo “eurocentrado e racista”. “Isso se concretiza por meio de ações palpáveis, como a realização de rodas de conversa com lideranças religiosas, oficinas em espaços comunitários, a participação ativa de mestres e mestras da cultura nas escolas, além da valorização de elementos simbólicos, linguísticos e cosmológicos presentes nas tradições afro-brasileiras”, aponta.

No entanto, ainda são muitas as barreiras para que a sociedade reconheça as casas de axé como produtoras de epistemologia, filosofia e ciência. Ao analisar os maiores obstáculos para que os terreiros sejam legitimados como espaços de conhecimento, Criola é categórica sobre a raiz do problema: a violência racial sistêmica.

“O principal obstáculo chama-se racismo, manifestado de forma violenta em todas as áreas, como racismo ambiental, racismo científico, racismo religioso, que estão arraigados e naturalizados na sociedade brasileira.”

Ela destaca que essa violência se apoia em fatores estruturais, institucionais e simbólicos, alimentados pela invisibilização histórica e pela negação do outro.

“Como proposição para quebrar esse ciclo, sugiro a construção de ações integradas que envolvam a educação antirracista nas bases, o fortalecimento real de políticas públicas, a valorização irrestrita dos saberes tradicionais e a ampliação dos espaços de escuta e participação ativa dos povos de terreiro na construção das agendas institucionais dos governos.”

Diante desse cenário hostil, o Coletivo Agô tem se consolidado como um espaço de resistência em Itacaré, focando suas energias na base para garantir o futuro: a juventude negra e de terreiro.

“No campo da juventude, o coletivo promove ações formativas e espaços de protagonismo, aproximando jovens dos saberes de matriz africana, estimulando o reconhecimento de suas identidades, o pertencimento e o engajamento comunitário crítico”, detalha Criola.

Essa inserção ocorre na prática, já que o coletivo insere os jovens em eventos de grande porte e repercussão, como o Seminário de Povos de Terreiro de Itacaré e o Festival do Acarajé, que movimenta a economia local e demarca território cultural.

A preservação da memória e a incidência política caminham juntas dentre as ações dessa rede. A atuação de Criola vai desde a representação do Coletivo Agô na [Marcha das Mulheres Negras](#), em Brasília, exigindo reparação histórica, até o

Programa Kala-Tukula de Desenvolvimento de Lideranças para Governança Global, promovido pelo Ministério da Igualdade Racial (MIR) e voltado para fortalecer a população negra no debate climático mundial.

No município, sua articulação política rendeu frutos históricos: Criola foi uma das principais lideranças na formulação, articulação e aprovação unânime na Câmara Municipal da lei 466/2024. Esse marco legal inédito declarou e reconheceu oficialmente os Povos e as Religiões de Matriz Africana como Patrimônio Cultural Imaterial de Itacaré.

“Ao dar visibilidade às práticas de matriz africana e afirmar sua legitimidade como expressão cultural e religiosa, contribuímos de forma definitiva para desconstruir estigmas e ampliar o reconhecimento dos terreiros como espaços de conhecimento, cuidado e cidadania plena”, conclui a Iyá Tabexi, que também carrega o título de Guarda da Pedra de Xangô.

O terreiro pela sobrevivência, cuidado e patrimônio vivo

A vivência espiritual, comunitária e de acolhimento social de Ronara Criola é bem próxima da atuação de mestra Janete Lainha, Makota e yalorixá do tradicional terreiro Ilê Axé Ballomi, localizado na cidade de Ilhéus (BA) e enraizado nos ritos da nação Angola.

O racismo religioso, impulsionado pelo fundamentalismo neopentecostal que domina canais de televisão e assentos no Legislativo, é hoje um dos ataques mais frontais à cultura baiana e à liberdade de crença assegurada na Constituição. Relatórios nacionais apontam [bairros de acarajé](#) sendo hostilizados, terreiros incendiados e lideranças ameaçadas. É contra essa barbárie que se levanta a voz ancestral de mestra Lainha.



Mestra Janete Lainha | Crédito: Arquivo pessoal

Sua atuação espiritual, política e de assistência social não se restringe aos muros de seu ilê. Como uma representação da resistência afro-brasileira, ela percorre cerca de 26 municípios do litoral sul da Bahia, ministrando palestras, organizando rodas de saberes, promovendo letramento racial e mobilizando politicamente os povos de terreiro para a autodefesa e a exigência de direitos.

A luta diária de Lainha é para transformar a dor da escravidão e da perseguição policial no pós-abolição em potência política contemporânea.

“Cada terreiro que se mantém de pé, varrendo seu chão, batendo suas folhas, tocando seus atabaques e reverenciando seus nkisis, inquices e orixás com alegria, prova para o mundo que nós transformamos invisibilidade em presença absoluta e inegociável”, afirma a yalorixá.

Ela alerta a sociedade para uma realidade muitas vezes ignorada pelas gestões públicas. “Os terreiros não são apenas locais de culto aos deuses, são redes complexas e sofisticadas de cuidado comunitário. Somos espaços de acolhimento alimentar, de escuta psicológica, de cura pelas ervas e de assistência social exatamente nos territórios onde o Estado frequentemente falha, se omite ou não chega”, ressalta.

Mestra Lainha cobra a criação e a aplicação de políticas públicas contra a violência religiosa. Ao lado de instituições como a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia (Sepromi) e a Uesc, ela defende a urgência do mapeamento territorial, cartográfico e cultural dos espaços sagrados afro-brasileiros para que sejam devidamente tombados e protegidos como patrimônio

vivo, garantindo segurança jurídica e física para o povo de santo.

Reportagem produzida no âmbito do programa de microbolsas de jornalismo “Combate à agenda antidemocrática”, promovido pela Fundação Rosa Luxemburgo e pelo **Brasil de Fato.*

Editado por: Rafaella Coury

Puxada do Mastro de São Sebastião, importante festa tupinambá e patrimônio imateri

Puxada do Mastro de São Sebastião, importante festa tupinambá e

patrimônio imaterial do litoral sul da Bahia | Crédito: Fabiana Barbosa

Corrêa